



INTERNACIONAL PÚBLICO



LINHA DE SEBENTAS



ae.fd.unl

associação de estudantes
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Índice

NOÇÃO de DIP	5
Conceito.....	5
Características	5
Divisões.....	5
Sectores afins	6
Jurídicos.....	6
Não-jurídicos.....	6
Ciência do Direito Internacional ou Jus-internacionalística	6
Ciências afins.....	7
Ciências auxiliares	7
FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	7
Critérios de periodificação	7
Período pré-histórico	7
Antiguidade Clássica	7
Idade Média.....	7
Meados da Idade Moderna	8
Período clássico	8
Paz de Westefália	8
Convivência internacional dos Estados.....	8
Idade Contemporânea	8
Período moderno	8
Futuro.....	9
PROBLEMA DA JURIDICIDADE DO DIP	9
Criticas filosóficas:.....	9
Criticas técnico-jurídicas	9
Conclusão.....	9
FUNDAMENTO de Obrigatoriedade:	10
Fundamentos voluntaristas estadualistas.....	10
Fundamentos não voluntaristas	10
FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL	11
Verdadeiras fontes	11
Pretensas fontes	12
Sistematicidade	13
Critérios de resolução	13
Codificação.....	13
Métodos.....	13
Tratados internacionais em especial	14
Conclusão dos tratados internacionais	15

Negociação.....	15
Adoção.....	15
Vinculação internacional.....	15
Entrada em vigor	16
Registo e publicidade	16
Conclusão dos tratados internacionais multilaterais	16
Interpretação.....	17
Integração das lacunas internacionais.....	18
Aplicação.....	18
Vicissitudes.....	18
Invalidade	19
Causas	19
Efeitos	20
Conclusão das convenções internacionais em Portugal.....	20
Características	20
Procedimento geral.....	21
Negociação e ajuste (negociação e adoção).....	21
Aprovação	21
Vinculação.....	21
Publicação.....	21
Entrada em vigor	21
Requisito	21
Procedimento eventual	22
Fiscalização preventiva da constitucionalidade.....	22
Referendo nacional popular	22
DIREITO INTERNACIONAL no DIREITO INTERNO	22
CONCEPÇÕES DOUTRINÁRIAS	22
Dualismo (derivação do voluntarismo).....	22
Monismo.....	23
MODELOS DE INCORPORAÇÃO.....	23
Transformação (assente no Dualismo)	23
Receção (assente no Monismo).....	23
Modelos de incorporação mistos.	23
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO EM PORTUGAL	23
INSERÇÃO.....	23
POSIÇÃO HIERÁRQUICA.....	24
SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	25
SUBJECTIVIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL	25
Capacidade jurídica internacional	26

Conteúdo	26
Ius tractuum.....	26
Ius legationis	26
Ius belli.....	26
Participação em instituições internacionais;	26
Intervenção em instâncias jurisdicionais internacionais	26
Reconhecimento	26
DIVERSIDADE DE SUJEITOS INTERNACIONAIS:	27
Estados.....	27
Vicissitudes	28
Entidades para-estaduais.....	29
Estruturas inter-estaduais	30
Coletividades não estaduais	35
OS ESPAÇOS INTERNACIONAIS	37
Domínio do Direito Internacional	37
Domínio indireto.....	37
Domínio direto.....	39
Delimitação de fronteiras	41
Aplicação extraterritorial do Direito Estadual	42
Domínio espacial de Portugal	42
DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DO HOMEM	42
Indivíduo como sujeito internacional	42
Proteção internacional dos direitos humanos.....	43
Convenção Europeia dos Direitos do Homem	43
Proteção Internacional Penal	44
A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL.....	44
Responsabilidade penal dos indivíduos	44
Evolução:	44
Responsabilidade civil dos Estados.....	45
A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS	46
Princípio da resolução pacífica de conflitos	46
Mecanismos não jurisdicionais:	46
Mecanismos jurisdicionais:	47
O USO DA FORÇA NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	47
Evolução da condenação internacional da guerra:	47
Perspetiva filosófica.....	47
Perspetiva internacional.....	47
Sistema da Carta das Nações Unidas	48

NOÇÃO de DIP

Conceito

Direito Internacional é o sistema de princípios e normas jurídicas (elemento formal) que disciplinam os membros da sociedade internacional (elemento subjetivo), ao agirem numa posição jurídico-pública (elemento funcional), no âmbito das suas relações internacionais (elemento material). O Direito Internacional o âmbito material é moldável pelos sujeitos internacionais envolvidos, através da conclusão de tratados internacionais, das práticas reiteradas dos Estados (costumes internacionais), entre outras fontes de direito internacional.

Características

- *Parte do Direito Público:* Estatuto, poderes e posição de soberania dos sujeitos internacionais clássicos – os Estados;
- *Policentrismo:* Diversidade das fontes normativas (as normas têm mais do que uma origem) e dos sujeitos internacionais – obstáculos à construção dogmática e teórica.
- *Fragmentarismo:* Horizontal (resultante da ausência de regulação sobre os assuntos conexos com aqueles já regulados – ordenamento dispersivo e intermitente) e vertical (estabelecimento de meras orientações gerais pelas fontes normativas – tratamento pouco exaustivo e extensivo da problemática, deixada à mercê do direito interno).

Divisões

- *Quanto às matérias reguladas:* Direito Internacional Geral (aplicável a todas as realidades) e Direito Internacional Especial (aplicável a realidades específicas e não generalizável). Exemplos de Direitos Internacionais Especiais são o Direito Internacional do Mar e o Direito Internacional Penal (de tipo material) e o Direito Internacional das Comunicações e o Direito Internacional dos Conflitos Armados (de tipo funcional);
- *Quanto ao âmbito de aplicação:* Direito Internacional Comum (relações internacionais à escala planetária) e Direito Internacional Particular (relações internacionais em certas regiões do Globo);

- *Quanto à hierarquização regulativa:* Direito Internacional Constitucional (prevalência sobre o restante Direito Internacional) e Direito Internacional Ordinário.

Sectores afins

Jurídicos: Núcleos pertencentes ao mundo do Direito.

- *Direito Internacional Privado* :Regula as situações da vida jurídica privada internacional, determinando a lei aplicável; Não é internacional (seleciona Direito Interno) nem privado (determina a lei aplicável imposta pelas fontes de Direito Público);
- *Direito Comparado:* Método comparatístico de análise de ordens jurídicas em bloco (macrocomparação) ou institutos jurídicos de várias ordens jurídicas (microcomparação), apresentando conclusões e construindo à base destas uma síntese comparativa;
- *Direito da União Europeia:* Será um Direito Internacional Moderno ou um Direito para-estadual?

Não-jurídicos: Conjuntos de proposições que não ingressam na lógica dos efeitos jurídicos, extramuros.

- *Moral Internacional:* Deveres de conduta internacional numa equação valorativa entre o bem e o mal (e não justiça e segurança) no seio das relações internacionais. Não dotada de coercibilidade;
- *Comitas Gentium (afabilidade das gentes ou cortesia internacional):* Padrões de comportamento destinados à melhor convivência internacional, ao relacionamento mais fluído e agradável entre sujeitos internacionais. Não dotada de coercibilidade;
- *Política Internacional:* Arte de governar no plano internacional segundo uma atividade prospetiva de decisão e não de formação de normas internacionais ordenadoras.

Ciência do Direito Internacional ou Jus-internacionalística

O seu objeto é o próprio Direito Internacional positivo e respetiva autonomia regulativa (fontes), dogmática (valores) e didática (ensino superior). O seu método é o

jurídico nas suas perspetivas históricas (evolução dos regimes jurídicos), dogmática e teórica de validade universal.

Ciências afins (mesmo objeto)

Ciência das Relações Internacionais e Filosofia Política (sentido e limites do poder).

Ciências auxiliares (realidades reguladas pelo Direito Internacional)

Geografia (espaços internacionais), História (acontecimentos internacionais) e Economia (esquemas de quantificação económica).

FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Critérios de Periodificação

- Número e qualidade dos sujeitos internacionais
- Relevância e qualidade das fontes internacionais
- Abrangência regulativa do Direito Internacional em comparação com o Direito Interno.

Período pré-histórico

Momentos históricos anteriores marcantes no surgimento e evolução do Direito Internacional.

- Antiquidade Clássica (desde a fundação da história à queda do Império Romano do Ocidente):
 - *Ius Gentium por contraposição ao *Ius Civile**: Conjunto de leis aplicáveis entre cidadãos romanos e estrangeiros (*peregrini*) e entre estes. Não era verdadeiramente Direito Internacional, mas sim Direito Interno (por antecipação ao atual Direito Internacional Privado), apesar de ter contribuído para o que viria a surgir como tal (pelo carácter inter-relacional e feição universal). Assentava numa conceção de relações internacionais incompatível com este (superioridade romana);
- Idade Média (estabeleceu os pressupostos vitais para o nascimento do Direito Internacional, apesar de tudo):
 - Formação dos Estados (embriões dos estados modernos europeus);

- Afirmação de estruturas políticas supraestaduais (Igreja Católica e Sacro-Império Romano Germânico), atrasando uma sociedade internacional igualitária;
- *Meados da Idade Moderna:*
 - Descobrimientos (primeira globalização);
 - Afirmação dos Estados soberanos (ambiente favorecido para o surgimento do Direito Internacional);
 - Escola Espanhola de Direito Internacional (adaptação do conceito à modernidade, crença numa comunidade internacional).

Período clássico

Nascimento de um Direito Internacional igualitário nos seus sujeitos;

- *Paz de Westefália (1648):* Nascimento do Direito Internacional através do reconhecimento, pela primeira vez, da igualdade formal dos Estados no plano internacional (libertos da influência das estruturas supraestaduais);
- Convivência internacional dos Estados (no exercício da sua soberania);
- *Idade Contemporânea*
 - Novo ideário constitucional (multiplicação das relações entre Estados Constitucionais);
 - Primeiras preocupações com os espaços internacionais (espaço marítimo);
 - Primeiras entidades e organizações internacionais de Estados (comissões e uniões);
 - Primeiras preocupações com intervenções humanitárias (Cruz Vermelha Internacional).

Período moderno

Segundo e atual período de evolução do Direito Internacional;

- Princípio da soberania estadual;
- Princípio da solidariedade internacional (solidariedade e justiça social entre homens e povos);
- Nascimento das organizações internacionais intergovernamentais e supranacionais;
- *Descolonização:* Afirmação de novos estados como sujeitos internacionais);

- *II Guerra Mundial*: Necessidade de proteção internacional dos direitos humanos (DUDH);
- *Ciência e Técnica*: Aproveitamento dos espaços internacionais (codificação e modernização dos capítulos especiais de Direito Internacional).

Futuro

Resolução de problemas já sem solução ao nível do Direito Interno:

- Paraísos fiscais
- Fosso Norte/Sul (estados ricos e estados pobres)
- Terrorismo internacional
- Conflitos religiosos
- Tráfico de estupefacientes
- Desequilíbrio demográfico
- Degradação ambiental
- Eminente choque civilizacional

PROBLEMA DA JURIDICIDADE DO DIP

Críticas filosóficas:

Conceção peculiar da organização do poder estadual e da sua inserção na cena internacional;

- *Jusnaturalismo radical e pessimista de Hobbes*: Estado de guerra generalizada cuja única solução seria a criação de um Estado todo-poderoso – Leviatã – garante da paz entre as pessoas;
- *Filosofia hegeliana*: Primazia do poder estadual sobre todos os outros poderes;

Críticas técnico-jurídicas: Ausência de estruturas internacionais dotadas de coercibilidade na imposição dos preceitos de Direito Internacional (polícia ou exército internacional) pela sanção das suas violações;

Conclusão

O Direito Internacional é verdadeiro Direito, reconhecido e invocado pelos Estados, homens políticos, movimentos de opinião e organismos internacionais. A exaltação da soberania estadual não tem hoje viabilidade. A coercibilidade é uma certeza do Direito Internacional pela existência de tribunais internacionais. Ainda que a

sua eficácia seja imperfeita, a coercibilidade não é sequer uma característica da Ordem Jurídica. Seria completamente inverosímil a enorme dispensa de tempo, energia, inteligência e dinheiro na perseguição de uma quimera.

FUNDAMENTO DE OBRIGATORIEDADE:

Com que fundamento pode o Direito Internacional impor as suas determinações?

Fundamentos voluntaristas estadualistas

Manifestação da Vontade dos Estados

- *Teoria do Direito Estadual Externo:* O Direito Internacional não existe, a vinculação internacional dos Estados é apenas uma projeção externa do seu Direito Interno, vinculam-se e desvinculam-se livremente;
- *Teoria da autolimitação do Estado:* A vinculação internacional do Estado deve-se à vontade manifestada pelo próprio nas suas relações internacionais e não ao reconhecimento da imposição de uma vontade externa (auto-desvinculação permitida);
- *Teoria da vontade comum ou coletiva:* Vinculação internacional dos Estados resulta da afirmação de uma vontade em conjunto com a dos outros Estados (prossecução de objetivos partilhados). Debilitada pela falta de explicação para tratados com vigência objetiva (independentemente da vontade posterior dos Estados) e permissivos de recesso ou denúncia (existência de vontades unilaterais e não vontades coletivas);
 - Estas teorias baseiam-se na conceção errada de que as normas e os princípios estaduais têm raiz estadual – o costume é uma das principais fontes de Direito Internacional; muitos sujeitos internacionais não possuem estrutura estadual (organizações internacionais);

Fundamentos não voluntaristas

Por imposição superior externa aos Estados que supera a sua vontade

- *Positivismo normativista:* Norma pressuposta, de feição lógica, consuetudinariamente criada, fundamento para a vigência das normas internacionais criadas por tratados, segundo o princípio *pacta sunt servanda*.

- *Teoria sociológica e institucionalista*: A própria convivência internacional gera a necessidade de normas que conservem a coexistência pacífica e a ordem social internacional, em torno de instituições sociais.
- *Jusnaturalismo*: Respeito pelo Direito Natural sediado acima do poder estadual, ao qual este deve obediência e conformidade segundo o princípio universal e permanente da dignidade da pessoa humana singular.

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL

Fontes: Modos de formação e revelação das normas jurídico-internacionais;

Verdadeiras fontes

- *Tratados internacionais*: Acordos internacionais concluídos por escrito entre Estados e regidos pelo Direito Internacional, qualquer que seja a sua denominação particular;
- *Costume internacional*: Prática reiterada, generalizada ou local, constante, uniforme e estável (elemento material), na convicção da sua obrigatoriedade (elemento psicológico) como prática normativamente vinculativa, fundada no respeito por valores supremos de Direito Natural;
 - Meios probatórios (ónus): Atos jurídicos internacionais (tratados e atos internos); Jurisprudência; Doutrina;
- *Atos unilaterais internacionais*: São fonte de Direito Internacional se produzirem efeitos normativos;
 - Dos Estados
 - Notificação: Comunicação de uma situação ou acontecimento aos seus destinatários, de cujo conhecimento depende a produção dos respetivos efeitos jurídico-internacionais;
 - Reconhecimento: Aceitação da qualidade de certa entidade como sujeito de Direito Internacional;
 - Promessa: Expressão de vontade de uma vantagem que passa a ser juridicamente protegida, independente de retribuição;
 - Renúncia: Vontade de extinção de um direito pertencente à sua esfera jurídica;

- Protesto: Manifestação de discordância factual ou jurídica quanto a uma situação ou acontecimento;
- *Das Organizações Internacionais*:
 - Vinculativos ou consultivos; Internos ou externos; Normativos ou não normativos; Auto-exequíveis ou hétero-exequíveis;
 - Legislativos, executivos ou jurisdicionais (dependendo da natureza do poder público);

Pretensas fontes

- Princípios gerais de Direito: Orientações ordenadoras gerais que indicam ao intérprete uma determinada direção interpretativa das normas de direito internacional, não sendo uma verdadeira fonte pois incorporam o próprio ordenamento. Assumem funções legitimadoras, interpretativas e integradoras;
 - Direito Natural: Dignidade da pessoa humana; Proporcionalidade; Igualdade;
 - Direitos Internos: *Pacta sunt servanda*; Boa-fé; Caso julgado;
 - Direito Internacional: Não ingerência; Não-agressão; Autodeterminação; Não reconhecimento de conquista territorial pela força;
- Jurisprudência: Não é verdadeira fonte, apenas meio auxiliar de eficácia limitada ao caso concreto (sem precedente); Relevância na formação de um costume jurisprudencial; Esforço jurisprudencial na modernização e pré-codificação do Direito Internacional pelo TIJ (publicação periódica das suas decisões);
- Doutrina: Opiniões científicas dos jurisconsultos na determinação, interpretação e aplicação das normas jurídicas internacionais. Tem vindo a perder importância, sendo uma mera atividade intelectual e pedagógica de influência não normativa. Destaca-se o esforço da recentemente criada Sociedade Portuguesa de Direito Internacional;
- Equidade: «*Justiça do caso concreto*» - Resolução através de critérios especificamente criados pelo aplicador para o caso concreto. Não é verdadeira fonte porque se associa a critérios não materiais (não normativos) de acordo com o espírito de justiça do julgador. Condicionada pelo acordo das partes e pela disponibilidade das normas internacionais potencialmente aplicáveis (não podem ser imperativas).

Sistematicidade

Conflito entre normas e fontes - não aplicabilidade pela sua divergência, antinomia e incompatibilidade;

Critérios de resolução

- *Ético-Valorativo*: Distinção entre um patamar mais relevante – *ius cogens* – e restantes patamares inferiores;
 - *Ius cogens*: Norma imperativa internacional (prevalece sobre as outras) como norma aceite e reconhecida pela comunidade internacional, cuja derrogação não é permitida e que só pode ser modificada por outra norma da mesma natureza. Decorre dos grandes valores da sociedade internacional impostos involuntariamente como os direitos humanos, os crimes internacionais e a respetiva responsabilidade;
 - Parâmetro aferidor da validade e vigência dos tratados internacionais;
 - Dissociado das respetivas fontes normativas (não deriva de nenhuma fonte em especial);
 - Carácter evolutivo;
 - Consequências da sua violação: Desvalor por nulidade (desconformidade inicial) ou cessação de vigência por caducidade (desconformidade superveniente pelo surgimento da norma imperativa);
- *Hierárquico*: Superioridade formal de uma fonte pelo poder que a segrega. Não há hierarquia entre fontes costumeiras e convencionais;
- *Lógico*: Aplicação da norma especialmente concebida para regular o caso;
- *Cronológico*: Prevalência da vontade normativa manifestada em último lugar (subordinado aos outros);

Codificação

Formalização das normas consuetudinárias internacionais através de textos escritos

- Métodos
 - *Declaração*: Normas consuetudinárias reduzidas a escrito em documento não vinculativo (mera compilação);

- *Convenção*: Normas costumeiras incorporadas num texto com força convencional própria;
- *Características*:
 - Dispersão e fragmentarismo material
 - Conversão do Direito Costumeiro em Direito Convencional
 - Fruto da elaboração doutrinária (códigos científicos)
 - Fonte plurilateral
 - Conceito comum ao Direito Interno e ao Direito Internacional;
- *Vantagens*:
 - Certeza, segurança e rigidez das normas internacionais
 - Finalidades técnicas e políticas
- *Competência*: Comissão de Direito Internacional (órgão subsidiário da ONU);
- *Exemplos*: Direitos humanos (DUDH, CEDH); Organizações internacionais (CNU, ETIJ); Relações diplomáticas e consulares (CVRD, CVRC); Direito dos tratados (CVDTE); Domínio internacional (CNUDM, TEUEE).

Tratados internacionais em especial

Acordo plurilateral entre sujeitos internacionais de uma vontade normativa produtora de efeitos jurídicos regulados pelo Direito Internacional;

- *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados*: Conjunto de orientações normativas relativas à feitura dos tratados internacionais, de aplicação geral diretamente prevista, globalmente vinculativa e efetiva (ratificada pelos Estados signatários e aberta à adesão de outros Estados). Aplica-se apenas a tratados celebrados por escrito entre Estados;
- *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações*: E destas entre si;
- *Modalidades*
 - *Subjetivas* (sujeitos): Bilaterais ou multilaterais (gerais ou restritos); Estados, organizações internacionais ou outros sujeitos internacionais; Abertos, semifechados ou fechados;
 - *Formais* (celebração): Tratados solenes ou acordos simplificados; Escritos ou orais;

- **Figuras afins:** Valor meramente político-histórico;
- **Acordos políticos; Atos unilaterais não autónomos; Contratos internacionais; Declarações ou atas finais;**

Conclusão dos tratados internacionais

Negociação

Aproximação das partes interessadas na futura celebração de um tratado internacional, representadas por pessoa com «plenos poderes adequados» através de carta-patente (documento escrito e assinado), ou sem habilitação, desde que o ato inválido seja sanado pela confirmação posterior do Estado;

Fases: Preparação; Troca de informação; Regateamento; Fecho e compromisso;

Adoção

- Aprovação do texto: Encerramento das negociações;
- Autenticação do texto: Veracidade e definitividade;
 - Assinatura (definitiva);
 - Assinatura *ad referendum* ou rubrica (provisórias);
- Em Acordos Simplificados, a assinatura implica a vinculação internacional;
- Preâmbulo + Articulado ou Clausulado + Anexos (técnicos ou geográficos).

Vinculação internacional

Manifestação da vontade do sujeito internacional ficar obrigado ao texto;

- *Assinatura:* Vinculação aquando da autenticação do texto (acordos simplificados);
- *Troca de instrumentos constitutivos:* Entrega recíproca dos textos, assinados por ambas as partes;
- *Ratificação:* Pelos respetivos Chefes de Estado ou outros órgãos constitucionalmente habilitados para tal – reservada aos TRATADOS SOLENES;
- *Aceitação ou aprovação:* Ratificação das organizações internacionais;
- *Adesão:* Por sujeitos internacionais que não tenham adotado o texto nem participado na sua negociação;

Entrada em vigor

Momento de eficácia dos efeitos jurídicos segundo uma plataforma comum e uniforme para o maior número das partes;

- Data e termos previstos nas disposições finais;
- Logo que o último sujeito a adotar o texto emita o respetivo ato de vinculação ao mesmo;
 - Ou *sistema misto*: Exigência de um número razoável de vinculações (para evitar que tratados multilaterais demorem muito tempo a entrar em vigor);
 - *Vigência imediata* para Estados que se vinculem a tratados internacionais já em vigor;
 - *Vigência antecipada*
- *Pré-vigência (parcial)*: Normas relativas à burocracia e procedimento (desde a adoção do texto);
- *Aplicação provisória*: Depois da adoção e antes da vinculação ao texto (maior âmbito de aplicação);

Registo e publicidade

Princípio do não secretismo da vida internacional;

- *Registo próprio* das suas características fundamentais;
- *Publicação oficial* pelo Secretariado da ONU e disponibilização *online*;
 - *Violação*: Sanção - Inoponibilidade do tratado perante os órgãos da ONU (proteção ou intervenção);

Conclusão dos tratados internacionais multilaterais

- **Negociação em conferência internacional**: Reunião em assembleia de todos os representantes dos Estados;
- **Aprovação** (por votação de maioria de dois terços) **e autenticação** (assinatura de cada representante) do texto individualmente;
- **Abertura a Estados terceiros**:
 - **Assinatura deferida** (durante um certo período, um Estado que não tenha adotado o texto pode fazê-lo, tornando-se membro fundador)

- Adesão (manifestação de vontade unilateral de vinculação sem ter negociado ou adotado o texto);
- Instituição do depositário: Gestão burocrática por funções internacionais e imparciais (como guardar o texto original, receber as assinaturas, informar as partes, assegurar o registo do tratado);
- Formulação de reservas: Ato unilateral pelo qual o Estado quer modificar certas cláusulas em relação a certas partes, contrariamente ao estabelecido no tratado;
 - Admissibilidade: Em tratados multilaterais à exceção de que sejam proibidas (especificamente ou não);
 - Aceitação e oposição: Aceitação tácita; Desnecessária quando expressamente prevista no texto; Necessária por todas as partes quando decorrer do número restrito ou do fim do tratado; Necessária pelo órgão competente quando em causa a constituição de uma organização internacional;
 - Efeitos jurídicos: Modificação das disposições entre os Estados que formularam e os que aceitaram; Não aplicação das disposições entre os Estados que formularam e os que objetaram e se opuseram à vigência;
 - Revogação: A todo o tempo, dispensando qualquer vontade para além da do Estado que quer revogar;
 - Procedimento: Forma escrita e pública de todos os atos (segurança jurídica);
- Interpretação
Objetivista e atualista (contexto atual) segundo os princípios da boa-fé e do sentido comum.
 - Elementos:
 - Literal (letra do tratado)
 - Sistemático (contexto abrangente)
 - Teleológico (objeto e fim)
 - Meio complementar: Elemento histórico – trabalhos preparatórios e circunstâncias em que foi concluído;
 - Exceção: Vontade subjetiva das partes, quando admitido esse peculiar entendimento;

- **Interpretação de tratados redigidos em diversas línguas:** Se todos os textos forem autênticos têm valor idêntico; Se não forem todos autênticos, prevalece o sentido do texto autêntico;

Integração das lacunas internacionais

Analogia *legis* (normas) ou *iuris* (princípios gerais);

Aplicação

De acordo com princípios gerais como *pacta sunt servanda* e boa-fé;

- **Temporal:** Não retroatividade dos tratados internacionais, salvo disposição das partes em contrário;
- **Espacial:** Totalidade do território das partes, na falta de disposições finais de qualquer delimitação geográfica;
- **Pessoal:** Às partes outorgantes; Estados terceiros – consentimento tácito (direitos) ou expresso (obrigações);
- **Interna:** Irrelevância geral do Direito Interno para efeitos de avaliação da validade internacional dos tratados (uniformidade internacional); Limitações no domínio do Direito Interno Organizatório – Violação manifesta de norma fundamental do Direito Interno quanto à competência para a conclusão de tratados internacionais;

Vicissitudes

- **Extinção** (cessação de vigência): Fase amigável (notificação) X Fase litigiosa (via judicial ou conciliação);
 - *Por vontade das partes*
 - Coletiva (consentimento de todas as partes): Revogação («anti-convenção»);
 - Individual
- **Denúncia:** Oposição à renovação de tratado de vigência periódica;
- **Recesso:** Saída admitida a qualquer momento do tratado;
- **Incumprimento:** Consequência da sua violação;
- **Por factos alheios**

- *Caducidade*: Cláusulas finais; Esgotamento da razão de ser; Execução; Desaparecimento das partes;
- *Impossibilidade de cumprimento*: Desaparecimento ou destruição permanente de objeto indispensável à execução do tratado – não invocável se resultar da culpa da entidade beneficiadora;
- *Alteração das circunstâncias*: A existência de contexto distinto daquele em que se formou o tratado não faz cessar a sua vigência, salvo as devidas exceções:
 - Modificação da base essencial do consentimento dos Estados;
 - Alteração radical das obrigações do tratado;
 - Inaplicável a tratados de fixação de fronteiras ou se resultar de comportamento antijurídico;
- Suspensão (paralisação temporária determinada ou indeterminada): Mesmo regime da cessação de vigência;
 - *Impossibilidade de cumprimento* ou acordo de manifestação de vontade de suspensão;
 - *Rutura das relações diplomáticas* (quando sejam pressuposto indispensável para a execução do tratado);
 - *Guerra*: Quando incompatível com a manutenção dos efeitos convencionais;
- Modificação
 - *Revisão*: Participação dos Estados outorgantes – regra da UNANIMIDADE;
 - *Emenda*: Alteração subjetivamente parcial (apenas certas partes);
 - Pode ser permitida ou não proibida;
 - Respeito pelos direitos e obrigações das partes;
 - Compatibilidade com o objeto ou fim do tratado;

Invalidade

- Causas
 - *Subjetiva* (expressão da vontade dos sujeitos outorgantes);
 - Erro: Relevante e essencial para a determinação do consentimento do sujeito;

- Dolo: Erro provocado com o intuito de induzir em erro a formação da vontade livre do sujeito;
- Coação psicológica: Da vontade do estado por medo invencível;
- Coação física ou uso da força: Supressão da vontade do sujeito;
- Objetiva
 - Objeto impossível ou inexistente;
 - Conteúdo ilícito (violação de norma de *ius cogens* internacional);
- Funcional
 - Desvio de poder: Finalidades assinaladas não correspondentes às motivações subjacentes;
 - Abuso de poder: Corrupção do representante do Estado;
- Formal
 - Vício de forma: Exteriorização sob a forma escrita (quando exigida);
 - Vício de procedimento: Ratificações imperfeitas, competência dos órgãos intervenientes, etc;

Efeitos

- Nulidade: Apagamento dos efeitos jurídicos do tratado;
 - Total ou parcial (mediante a possível divisibilidade das disposições do tratado);
 - Insanável ou sanável (mediante confirmação expressa ou tácita do Estado lesado pela nulidade);
 - Forte ou fraca (atos anteriores à invocação da nulidade praticados de boa-fé);
 - Originária ou superveniente (por exemplo na violação de uma norma de *ius cogens* internacional);

Conclusão das convenções internacionais em Portugal

Características

- Poder reservado aos órgãos nacionais;
- Faculdade exclusiva do Governo no impulso procedimental;
- Maior intensidade da AR no momento de deliberação e aprovação;

- Relevância do poder presidencial (consentimento indispensável);
- Diferença de regime entre tratados solenes e acordos simplificados;
 - *Tratados*: Aprovação exclusiva da AR; Ratificação para vinculação; Confirmação em caso de inconstitucionalidade;
 - *Acordos*: Aprovação pela AR ou pelo Governo; Aprovação implica logo a vinculação;

Procedimento geral

- Negociação e ajuste (negociação e adoção)
 - Competência do Governo (função política de relações internacionais);
 - Condução por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
 - Rubrica e assinatura delegada no Primeiro-Ministro, após aprovação do Conselho de Ministros;
 - **Regiões Autónomas**: Participação na negociação de convenções do seu interesse regional;
- Aprovação
 - **Tratados solenes**: Competência exclusiva da AR por maioria relativa (forma de resolução da AR);
 - **Acordos simplificados**: Competência reservada da AR ou competência exclusiva do Governo (aprovação do Conselho de Ministros do decreto);
- Vinculação
 - **Tratados solenes**: Ratificação livre do Presidente da República;
 - **Acordos simplificados**: Assinatura livre do PR faz coincidir a adoção e vinculação ao texto;
 - Ambos carecem de referenda ministerial posterior (obrigatória);
- Publicação no DR: Convenção; Atos procedimentais (decretos e resoluções); Avisos de ratificação;
- Entrada em vigor
 - Data estabelecida na convenção (desde que posterior à publicação)
 - Na falta de data – 5º dia após a publicação (*vacatio legis*);
 - Requisito: Estrita conexão entre a vigência interna e a vigência internacional;

- **Vigência dependente da última manifestação de vontade de vinculação** (ainda que já publicada);

Procedimento eventual

- **Fiscalização preventiva da constitucionalidade**: Pedido do Presidente da República ao Tribunal Constitucional (entre a aprovação e a respetiva ratificação ou assinatura);
 - Não decisão (preclusão do poder do TC);
 - Não pronúncia de inconstitucionalidade;
 - Pronúncia de inconstitucionalidade: Veto jurídico do PR e devolução ao órgão de aprovação;
 - Expurgo das normas inconstitucionais (formulação de reservas ou reabertura das negociações);
 - Confirmação dos tratados solenes pela AR (maioria de 2/3, superior à maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções);
 - Possibilidade de nova fiscalização (sucessiva) definitiva, sem meios de superação;
- **Referendo nacional popular**
 - **Objeto**: Questões internacionais de relevante interesse nacional (paz e retificação de fronteiras);
 - **Inserção procedimental**: Próprio texto;
 - **Valor da decisão**: Vinculativa (se houver a participação da maioria dos cidadãos eleitores);
 - **Resposta negativa**: Obrigação de não aprovação;
 - **Resposta afirmativa**: Obrigação de aprovação, ratificação ou assinatura pelos órgãos competentes;
 - **Limite**: Dependência da produção de outras vontades alheias à intervenção de Portugal;

DIREITO INTERNACIONAL no DIREITO INTERNO

CONCEPÇÕES DOUTRINÁRIAS

- **Dualismo (derivação do voluntarismo)**: O Direito Internacional e o Direito Interno são duas ordens jurídicas radicalmente distintas (fontes, sujeitos e mecanismos

garantísticos). As normas internacionais só podem vigorar na ordem interna se forem transformadas;

- **Monismo:** Existe apenas uma única ordem jurídica, sendo o Direito Internacional e o Direito Interno meras manifestações da mesma, aproximando-se nas fontes (contratualização e costume), nos sujeitos (pessoa humana e próprio Estado) e nos mecanismos garantísticos (recurso à resolução arbitral de litígios e consolidação do TPI);
 - *Primado do Direito Interno sobre o Direito Internacional* em caso de contradição (voluntarismo estadual), perdendo o Direito Internacional a sua singularidade (mero Direito Estadual Externo);
 - *Primado do Direito Internacional sobre o Direito Interno* em caso de contradição. Radical (prevalência absoluta) ou Moderado (possibilidade de prevalência de normas internas fundamentais – Constituição).

MODELOS DE INCORPORAÇÃO

- **Transformação (assente no Dualismo):** O Direito Internacional muda de natureza, as suas normas passam de fontes internacionais a valer no plano interno como normas de fontes internas. Receção material do conteúdo da norma e não da fonte normativa, dada a radical incomunicabilidade entre as duas ordens jurídicas;
- **Receção (assente no Monismo):** Aplicação direta do Direito Internacional na ordem interna;
 - *Automática:* Independente de qualquer ato de interposição interno para efetivar a sua vigência;
 - *Condicionada:* Dependente de um ato de interposição interno para efetivar a sua vigência (não transformando a natureza do Direito Internacional):
- **Modelos de incorporação mistos** (transformação e receção parciais).

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO EM PORTUGAL

INSERÇÃO

- **Opção constitucional:** O artigo 8º da CRP revela a genérica aplicação do modelo de receção, dada a não alteração das normas e fontes internacionais, nem da sua natureza, quando integradas no Direito Interno Português. O Direito Internacional é aplicado diretamente, o que tem consequências na sua interpretação, integração e

aplicação. A CRP fala sempre em Direito Internacional (natureza originária) e não existem atos internos capazes de o transfigurar.

- Receção automática do Direito Internacional Geral ou Comum (8º 1.): O Direito Internacional Geral ou Comum é parte integrante do Direito Português. Esta é uma receção de ordenamento (normas e princípios) e não das suas fontes, e uma receção formal (dinâmica própria e movimento) e não material (estática e cristalizada).
- Receção condicionada do Direito Internacional Convencional (8º 2.): A relevância das convenções internacionais (tratados solenes e acordos simplificados) no Direito Português está dependente de atos políticos para a sua eficácia interna, que não alteram a sua natureza internacional. Os requisitos são a regularidade de ratificação e aprovação, a publicação oficial antecipada no Diário da República e a prévia vinculação internacional do Estado Português às respetivas normas ou princípios.
- Receção automática do Direito Internacional da União Europeia (8º 3.): As normas (fontes normativas) vigoram diretamente na ordem interna, nada sendo preciso fazer por parte do Estado Português. A CRP não prevê a aplicabilidade direta e o seu preceito não é esclarecedor quando ao âmbito da integração (Regulamentos comunitários? Diretivas?).
- Receção do Direito Internacional: **Plena** (sem exclusão de qualquer fonte internacional na inserção no Direito Português) e **Multifacetada** (adoção de ambos os modelos de receção).

POSIÇÃO HIERÁRQUICA

Silêncio constitucional. A solução é a inserção do Direito Internacional em cada patamar do Direito Português – níveis constitucional, legal e regulamentar:

- Direito Constitucional e Direito Internacional: O Direito Constitucional, como cume de ordenamento jurídico-positivo, assume supremacia hierárquico-formal (normas constitucionais prevalecentes sobre as restantes) e fundamentalidade material (descrição dos principais vetores dos sistemas social, económico e político portugueses). A defesa da *superioridade genérica do Direito Constitucional sobre o Direito Internacional* funda-se no seu regime de fiscalização constitucional (preventiva, sucessiva e por omissão) do Direito Internacional, e também na especial consideração do Tribunal Constitucional da superioridade da Constituição sobre as

convenções internacionais. Apesar disso, em alguns aspetos pode reconhecer-se a paridade ou mesmo a superioridade do Direito Internacional sobre o Direito Constitucional, podendo este sofrer de limites heterónomos provindos do Direito Internacional, ser submetido a normas supraconstitucionais (*ius cogens*), ou remeter para normas internacionais na concretização de direitos fundamentais (DUDH) ou no regime de direitos fundamentais atípicos.

- *Normas Legais e Direito Internacional: Carácter supralegal do Direito Internacional* porque precede os atos legislativos internos e, de outro modo, se colocaria em perigo a posição internacional do Estado Português na necessidade de cumprir as suas obrigações livremente assumidas. Outros argumentos são a operacionalidade da cláusula de receção automática, a lógica contratual de todo o Direito Convencional, a intervenção político-democrática, a fiscalização da legalidade (conformidade do Direito Legal com o Direito Internacional).
- *Fiscalização constitucional*: A CRP não é critério de validade dos tratados internacionais nem estes são critério de validade das leis internas, entende-se apenas como condições da sua vigência.
- *Valor positivo de tratados inconstitucionais (277º 2.)*: A *inconstitucionalidade orgânica ou formal (não fundamental) de tratados internacionais (e não acordos simplificados) regularmente ratificados (e oficialmente publicados)* não impede a aplicação das suas normas na ordem jurídica portuguesa, desde que tais normas sejam aplicadas na ordem jurídica da outra parte (*relação de reciprocidade*), salvo se tal inconstitucionalidade resultar de violação de uma disposição fundamental.

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Entidades protagonistas das relações internacionais – dimensão subjetiva do DI.

SUBJECTIVIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

- Os sujeitos internacionais são pessoas jurídicas – determinação direta e imediata pelo Direito Internacional.
 - **Personalidade jurídica internacional**: Suscetibilidade para se ser destinatário de normas e princípios de DI.

- **Capacidade jurídica internacional:** Titularidade de direitos e deveres inscritos na sua esfera jurídica internacional.

Conteúdo

- *lus tractuum*: Faculdade de celebração de tratados internacionais. Os sujeitos internacionais são simultaneamente autores e destinatários de normas convencionais;
- *lus legationis*: Estabelecimento de relações diplomáticas e consulares, pressupondo a vontade bilateral dos sujeitos intervenientes. Privilégios e imunidades como a inviolabilidade das missões diplomáticas, inviolabilidade pessoal e imunidade jurisdicional dos membros diplomáticos. Em Portugal, a iniciativa é do Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, assumindo o Presidente da República meras funções protocolares.
 - *Relações diplomáticas*: Representação do Estado acreditante junto do Estado creditor; Proteção no Estado creditor dos interesses do Estado acreditante; Negociação internacional; Cooperação;
 - *Relações consulares*: Proteção dos interesses do Estado (representantes); Proteção de nacionais ali residentes; Fomento das relações económicas e sociais; Burocracia na emissão de documentos no estrangeiro;
- *lus belli*: Possibilidade de usar a força ao abrigo do Direito Internacional unicamente numa aceção defensiva segundo o direito de legítima defesa, conforme à Carta das Nações Unidas. Em Portugal, a declaração de guerra pelo Chefe de Estado depende da iniciativa do Governo, da autorização da AR e da audição prévia e consultiva do Conselho de Estado;
- *Participação em instituições internacionais*;
- *Intervenção em instâncias jurisdicionais internacionais*: Proteção de posições jurídicas substantivas.

Reconhecimento

O ato de reconhecimento é o ato pelo qual outro ou outros sujeitos internacionais acordam no surgimento de um novo sujeito na cena internacional.

- *Objeto*: Reconhecimento de uma situação ou evento internacional;

- Modo: Reconhecimento expresso (ato solene) ou implícito (deduzido de outros atos e comportamentos);
- Autoria: Individual ou coletivo;
- Cláusulas acessórias: Reconhecimento simples (não existência) ou condicionado (existência);
- Natureza: Definitiva (reconhecimento irrevogável de Direito) ou provisória (reconhecimento precário de facto);
- Efeitos
 - *Constitutivo*: Dependente da expressão de vontade positiva de outros sujeitos internacionais. Exemplos: Beligerantes, insurretos e movimentos de libertação nacional;
 - *Declarativo*: Mera certificação formal do prévio surgimento do sujeito internacional (Estados e Governos).

DIVERSIDADE DE SUJEITOS INTERNACIONAIS:

Será que a Humanidade é já considerada atualmente um sujeito internacional? Será a comunidade internacional destinatária de normas de Direito Internacional? Exemplos como ius cogens (referentes à comunidade internacional no seu todo), a exploração do espaço exterior (considera toda a Humanidade), o regime da área (atribuído em favor da Humanidade em geral) e a responsabilidade internacional (violações dirigidas à comunidade internacional como um todo) fazem-nos crer que sim. A sua subjetividade é menor e limitada, podendo funcionar por mecanismo de representação pelos Estados e organizações internacionais.

Estados: Sujeitos internacionais mais antigos

- *Estados soberanos*: Povo com o vínculo de cidadania (elemento humano) num território onde se projeta a sua Ordem Jurídica (elemento territorial) segundo a sua soberania interna e externa (elemento funcional). A plena soberania internacional dos Estados permite a sua independência e igualdade face a outros poderes, acarretando direitos (não sujeição orgânica, autonomia constitucional) e deveres (respeito pelo DI, cooperação, não ingerência em assuntos internos, não uso da força salvo em legítima defesa);
- *Estados semisoberanos*: Capacidade jurídica internacional limitada;

- Estados confederados: Soberania internacional limitada pelos assuntos delegados na Confederação;
- Estados vassalos: Soberania internacional limitada pelo vínculo feudal ao Estado Suserano, que exerce os seus poderes internacionais;
- Estados protegidos: Soberania internacional limitada pelo mandato de exercício de poderes internacionais pelo Estado protetor;
- Estados exíguos: Soberania internacional limitada a menores responsabilidades (pela sua pequenez territorial);
- Estados neutralizados: Soberania internacional limitada à não intervenção em assuntos militares internacionais;
- Estados federados: Soberania internacional limitada pela sua inclusão na Federação;
- Estados membros de organizações supranacionais: Soberania internacional limitada pela delegação nas mesmas;
- *Estados não-soberanos*: Soberania internacional inexistente;
 - Estados federados: Não são sujeitos internacionais pela transferência total desses poderes para o nível federal;
 - Estados membros de uniões reais: Fusão do poder estadual superior com os poderes estaduais subjacentes.

Vicissitudes

- *Vicissitudes políticas*: Projeção interna no sistema constitucional e externa na fisionomia internacional dos Estados;
- *Vicissitudes territoriais*: Interferência na configuração e posicionamento internacional dos Estados;
 - Aquisitivas: Nascimento do Estado por secessão (separação territorial de um Estado anterior origina um novo Estado), descolonização política ou fusão (num novo Estado de territórios pertencentes a outros Estados);
 - Modificativas: Alteração territorial do Estado por aquisição de parcelas territoriais (fenómeno natural, ocupação, acessão ou adjudicação onerosa), perda parcial do território (cataclismos naturais) ou cessão parcial voluntária;

- Extintivas: Desaparecimento do Estado por desaparecimento territorial total, secessão extintiva (desagregação do Estado), usucapião (posse sobre território alheio não contestada converte-se em direito de soberania internacional) ou decisão unilateral (de governo de facto ou organização internacional);

Sucessão de Estados: Momento em que novos Estados se colocam na posição de Estados anteriores por desaparecimento daqueles, segundo o princípio da continuidade dos Estados. São transferidas para as entidades herdeiras as posições quanto aos tratados, quanto à nacionalidade das pessoas privadas, quanto às dívidas contraídas e quanto à propriedade pública.

Relações externas portuguesas: Os aspetos materiais, relativos à tomada de posições internacionais são tratados no artigo 7º da CRP, cujos princípios mais relevantes são a proteção dos direitos humanos, a formação de uma comunidade lusíada e a integração europeia. Esta disposição tem carácter programático, sem força jurídica para impor a invalidação de atos que a contrariem, assumindo relevo interpretativo adjuvante de outras disposições constitucionais específicas. Quanto aos seus aspetos organizatórios é seguida a orientação geral do semipresidencialismo na partilha de poderes entre os órgãos intervenientes.

Entidades para-estaduais

Próximas da realidade estadual mas sem esse teor;

- *Beligerantes*: Rebeldes armados que lutam pela mutação do sistema político nacional, ocupando parte do território, sem implicação internacional. A prática internacional segue o princípio da não intervenção nos assuntos internos;
- *Insurretos*: Distinguem-se dos anteriores por não ocuparem parte do território, guerrilhando em diversas zonas. As suas implicações internacionais são a preservação dos direitos humanos, a importação do armamento, a desestabilização económica da região, a desproteção e emigração das respetivas populações – DI Humanitário;

- *Minorias nacionais ou movimentos de libertação nacional*: Desenvolvem atividade diplomática para transformar o território e as pessoas que agregam numa realidade estadual (por independência ou secessão);
- *Governos no exílio*: Deslocação e continuidade da ação governativa do Estado no estrangeiro, por não haver condições dentro do território estadual (situação de crise), organizando a restituição da soberania. A sua relevância internacional é a possibilidade de protagonismo das relações internacionais do Estado de onde estão deslocalizados;
- *Regiões infra-estaduais*: Espaços territoriais dotados de autonomia jurídico-pública e poderes limitados no plano internacional, submetidos hierarquicamente ao Estado que integram, constituindo sujeitos internacionais;
 - Regiões autónomas: Participam em organizações internacionais e celebram tratados internacionais especialmente atinentes ao seu território e interesses. Portugal – Negociação de tratados internacionais que lhes digam respeito e participação em organizações internacionais de cooperação regional;
 - Regiões administrativas especiais: Desviantes em relação ao regime unitarista praticado no restante território nacional. Internamente assumem poder legislativo e judicial, internacionalmente têm competência para celebrar certos tratados internacionais e pertencer a certas organizações internacionais;
 - Cidades internacionalizadas: Porções territoriais maioritariamente temporárias, com capacidade internacional e autonomia administrativa interna, por força de circunstâncias históricas e geográficas especiais;
 - Administrações transitórias: Em territórios que no futuro serão Estados, por descolonização.

Estruturas inter-estaduais:

- *Associações de Estados*: De dimensão territorial, fundadas em pactos constitutivos;
- *Confederações*: Tratado internacional conferidor de atribuições e órgãos incumbidos da respetiva prossecução. Entidades parciais de capacidade jurídico-internacional limitada;

- *Uniões reais*: Tratado internacional criador de verdadeiros Estados compostos de capacidade jurídico-internacional plena – Estados integrantes completamente desvitalizados da sua soberania internacional;
- *Uniões pessoais*: Coincidência de certa pessoa ser titular de órgãos de chefia de dois ou mais Estados, por sucessão hereditária, não sendo propriamente associações de Estados, desprovidas de dimensão orgânica;
- *Sui generis*: Fatores como a inexistência de elemento territorial ou a insuficiência das atribuições para justificar uma estrutura autónoma e formal compósita;
 - Comunidade britânica: Coincidência do monarca como Chefe de Estado. Fusão meramente formal não limitando a soberania dos Estados que a integram;
 - Comunidades dos estados independentes (ex-URSS): Existência de atribuições e órgãos comuns. Inexistência de elemento territorial e limitação da soberania internacional dos Estados integrantes;
- **ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**: Vontade comum de cooperação internacional entre os Estados. Entidades jurídico-internacionais com órgãos e substratos próprios. Constituídas pelos elementos organizacional (pessoa coletiva associativa e permanente com órgãos funcionais próprios) e internacional (pessoa coletiva internacional regulada pelo Direito Internacional);
 - Classificações:
 - *Atribuições*: Fins gerais ou fins especiais;
 - *Membros*: Universais (totalidade) e para-universais (quase totalidade) da sociedade internacional ou regionais e locais (zonas do Globo);
 - *Acesso*: Não admissíveis (para além dos membros fundadores) ou admissíveis (de novos membros);
 - *Poderes*: Intergovernamentais (regra da unanimidade) ou supranacionais (regra da maioria);
 - *Duração*: Permanentes (indeterminada) ou temporárias (vigência limitada por interesses não duradouros);

- Instituição: Tratado internacional (estatuto, carta ou constituição). Primado da Carta, necessidade de aceitação integral, vigência indeterminada, interpretação em função das atribuições, oponibilidade da sua revisão;
- Recursos humanos: Funcionários internacionais com estatutos fiscal, civil e penal especiais (pessoas físicas distintas dos membros representativos de cada Estado);

ONU

Organização das Nações Unidas criada em 1945 pela Carta de São Francisco em conjunto com o ETIJ, em seguimento da II Guerra Mundial para a fundação de uma nova ordem internacional, cuja vida institucional é regida fundamentalmente pela Carta das Nações Unidas (e posteriores emendas);

- Alterações à CNU: Pontuais (emendas aprovadas por dois terços da AG, incluindo os membros do CS) ou Globais (revisões agendadas após 10ª sessão anual da AG, com a mesma aprovação primeiro em AGR e depois em atos de ratificação);
- Urgência na revisão da CNU: Adoção de uma verdadeira representatividade dos membros no CS; Eliminação dos órgãos obsoletos (Conselho de Tutela); Financiamento sustentado; Aperfeiçoamento do aparelho jurisdicional (jurisdição obrigatória do TIJ); Intensificação da proteção dos direitos humanos;
- Fins e objetivos gerais: Paz e segurança internacionais; Desenvolvimento económico e social; Cooperação internacional (incluindo a humanitária); Codificação do Direito Internacional;
- Princípios: Igualdade soberana dos membros; Boa-fé; Resolução pacífica de conflitos internacionais; Proibição do uso da força nas relações internacionais; Paz e segurança internacionais; Extensão das obrigações da ONU aos Estados não integrantes; Domínio reservado dos Estados;
- Estados-membros: Originários ou fundadores; Supervenientes ou admitidos vinculativamente pela AG (Estados pacíficos, aceitadores das obrigações da ONU, capazes e dispostos a cumpri-las);

- Vínculo de pertença: Suspensão (pela AG); Expulsão (por violação persistente dos princípios da CNU); Retirada (saída mediante pré-aviso em tempo razoável, saldadas as suas responsabilidades financeiras);
- Estatuto: Obrigações (deveres de limitação da atividade dos Estados, deveres diretos dos associados e deveres de cooperação com outros Estados) e Direitos (a prestações da ONU ou de intervenção na atividade da ONU);
- **Estrutura governativa**: Órgãos principais (atividade principal e normal) e órgãos subsidiários (exercício de uma vontade subordinada à respetiva criação – CDI; Direitos Humanos; Refugiados);
 - Assembleia Geral: Órgão representativo de todos os membros num plano de igualdade, com funcionamento plenário anual e desdobrando-se em comissões especializadas. Competência recomendatória genérica (discussão de todas as matérias), decisória específica reservada às matérias consideradas importantes (admissão, suspensão, expulsão, alteração à CNU, orçamento, eleição de membros), decisória substitutiva (do CS na manutenção da paz). Deliberações por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes (importantes);
 - Conselho de Segurança: Órgão colegial restrito governativo e permanente, composto por 15 membros, cinco permanentes (estados vencedores – China, França, Rússia, RU e EUA) e dez rotativos (mandato de dois anos). Competência de manutenção da paz e segurança internacionais (título decisório e exclusivo) e de propulsão procedimental (admissão, revisão, escolha de membros). Deliberações procedimentais (regra da maioria agravada de 9 votos a favor) e não procedimentais (mesma regra, incluindo todos os membros permanentes);
 - Conselho Económico e Social: Órgão consultivo nos assuntos internacionais económicos, sociais, culturais, de educação e saúde. Composto por 54 membros por três anos, anualmente renovado num terço. Competência para recomendações, projetos de tratados internacionais, organização de conferências internacionais, estudos e relatórios, solicitação de informações. Deliberações por maioria relativa dos membros presentes e votantes.
 - Conselho de Tutela: Cessadas as suas funções pela conclusão do processo de descolonização;

- *Tribunal Internacional de Justiça (ETIJ e RTIJ)*: Principal órgão judicial sediado em Haia, composto por 15 juízes de diferentes nacionalidades e juízes *ad hoc* (quando os Estados não tenham juiz da sua nacionalidade), eleitos pela AG e pelo CS por 9 anos (presidente e vice-presidente com mandatos trienais reelegíveis), em representação das grandes formas de civilização e dos principais sistemas jurídicos do mundo, podendo ser destituídos por unanimidade. Exerce apenas jurisdição sobre os Estados por via direta (partes na CNU) ou indireta (outros Estados), dependente de uma cláusula facultativa de jurisdição obrigatória (aceitação por parte do Estado provisória e não definitiva, temporária ou indefinida, plena ou condicionada). Não havendo essa aceitação, a intervenção do TJI fica dependente de consentimento específico (vontade casuística ou normativa). A jurisdição do TIJ é sempre obrigatória quanto à definição da sua própria competência – decisória (resolução das controvérsias pelo exercício de função judicial reconhecida pelo DI) ou consultiva (emissão de pareceres facultativos). A competência decisória cautelar é a adoção de medidas provisórias urgentes e indispensáveis à preservação de valores e bens jurídicos enquanto a decisão definitiva não é proferida – medidas discricionárias e obrigatórias. As competências principais são do Plenário (julgar). O processo judicial do TIJ divide-se entre fase escrita e fase oral, fase dos articulados (elementos fundamentais do processo), fase do julgamento (apreciação em plenário e audiência pública dos elementos probatórios e questões jurídico-internacionais relevantes) e fase da sentença (decisão escrita e fundamentada do litígio por maioria do plenário). O TIJ admite a possibilidade de revisão extraordinária da sentença por iniciativa das partes (no prazo de 10 anos), pelo reconhecimento de facto novo suscetível de exercer influência decisiva, desconhecido no momento da decisão, não por negligência. Duas grandes fragilidades processuais do TIJ é a sua dependência do CS para a execução coerciva da sentença e a não previsão de recurso ordinário – a sentença é definitiva e inapelável (incapacidade para corrigir decisões erradas ou injustas);
- *Secretariado*: Órgão burocrático composto pelo Secretário-Geral (principal funcionário administrativo da ONU) e secretários-gerais adjuntos. Cargo

principal por cinco anos, ocupado rotativamente por dois mandatos sucessivos por representantes das diversas regiões do Globo. Competência administrativa e executiva (deliberações dos órgãos), de influência e sugestão;

- **Agências especializadas:** Múltiplas organizações internacionais que integram o sistema das Nações Unidas e desenvolvem respetivas atribuições específicas com certo grau de autonomia funcional (FMI, OMS, Banco Mundial);

CPLP

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa criada em 1996 por tratado internacional, constituída por Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste;

- **Objetivos:** Concertação político-diplomática (relações internacionais entre os membros), cooperação, promoção e difusão da língua portuguesa;
- **Princípios:** Igualdade soberana dos membros, não ingerência nos assuntos internos, identidade nacional, reciprocidade de tratamento, primado da paz, democracia, Estado de Direito, proteção dos direitos humanos, justiça social, integridade territorial, desenvolvimento e cooperação;
- **Estrutura:** Conferência dos Chefes de Estado e do Governo (órgão mais relevante – orientação política e estratégica e criação das instituições necessárias); Conselho de Ministros (coordenação das atividades e gestão administrativa e financeira); Comité de Concertação Permanente (órgão de fiscalização administrativa da atividade); Secretariado Executivo (administração geral da organização e execução das decisões dos outros órgãos).

- **Coletividades não estaduais:**

Formadas por paradigmas que não o estadual, de relevância internacional menos intensa;

- **Santa sé e Cidade do Vaticano:** A Santa Sé é o mais antigo sujeito internacional não-estadual, tendo justamente sobrevivido ao aparecimento do Direito Internacional. Dotada de grandes fins espirituais e também de certas limitações materiais, com jurisdição exclusiva na Cidade do Vaticano e regime jurídico

próprio interno e internacional. É um complexo organizatório do qual faz parte a Cúria Romana (instância central de governo da Igreja Católica), a Secretaria de Estado ou Papal, o Conselho para os negócios públicos da Igreja, Congregações, Tribunais e outros organismos. As suas atribuições são o múnus de ensinar (pregação da palavra religiosa, atividade missionária, educação religiosa), o múnus de santificar (administração de sacramentos e outros atos de culto divino) e o múnus de governar (emissão de leis e providências para governar a sociedade eclesial). Capacidade jurídica internacional limitada ao *ius legationis* (relações diplomáticas) e *ius tractuum* (concordatas em educação e casamento religioso, liberdade de culto). É representada internacionalmente pelo Legado pontifício. A Cidade do Vaticano é uma estrutura física existente em Roma que serve de suporte jurídico à Santa Sé, não se confundindo com a mesma. É um verdadeiro Estado por possuir elemento territorial (espaço geográfico bem delimitado), elemento pessoal (cidadania vaticana e residentes não cidadãos) e elemento funcional (poder temporal e absoluto do Sumo Pontífice);

- Ordem soberana e militar de Malta: Atualmente radicada em Roma, instituição com capacidade jurídica internacional limitada, com um ínfimo substrato territorial, em íntima associação à Santa Sé, que a reconheceu como sujeito internacional autónomo. Mantém relações diplomáticas com inúmeros Estados e encontra-se representada em várias organizações internacionais (observadora permanente da ONU). Atividade essencialmente de assistência médica e farmacêutica e de humanidade internacional aos mais fracos, aos doentes e às vítimas de discriminação e intolerância.
- Cruz Vermelha Internacional: Ideal humanitário perseguido pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e pelas Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (atividades de ação humanitária e social estritamente no âmbito dos Estados). O Comité é a entidade fundadora e o órgão supremo, cabendo-lhe a prossecução dos objetivos do Direito Internacional Humanitário em colaboração com as restantes estruturas, segundo os princípios da humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade.

- **Organizações primariamente de Direito Interno com atribuição superveniente de relevância internacional limitada** (Participação como observadoras; Audição na elaboração de regulamentação internacional; Queixa internacional em caso de violação dos direitos humanos)
 - **Organizações não-governamentais:** Organizações religiosas, desportivas (Comité Olímpico Internacional, UEFA), ambientalistas (Greenpeace), humanitárias (Amnistia Internacional) e jurídicas (IDI), consequência da privatização das relações internacionais, para a construção de uma verdadeira opinião pública internacional;
 - **Sociedades transnacionais:** De finalidade lucrativa específica e substrato patrimonial. A sua subjetividade internacional justifica-se pelas suas características (enorme poder económico e político, atividade comum planetária em vários Estados, atividade contratual direta, recurso às instâncias judiciais internacionais).
- **A pessoa humana:** Reconhecida como sujeito internacional, ainda que de forma insipiente e limitada.

OS ESPAÇOS INTERNACIONAIS

Domínio do Direito Internacional:

Espaço da sua projeção física;

- **Domínio indireto:** Espaço primariamente sujeito às entidades internas que sobre ele exercem poder soberano, em que o Direito Internacional pode ser aplicado mediatemente por incorporação no Direito Interno. O Estado é o verdadeiro senhorio territorial com poder soberano permanente, pleno e exclusivo;
 - **Espaço terrestre:** Terra firme sob a autoridade dos Estados, lugar de exercício da atividade político-estadual. Limitado verticalmente pelo espaço aéreo subjacente, e horizontalmente pelo limite exterior que o separa de outros espaços próprios ou estrangeiros. O regime aplicável é o do poder senhorial máximo do Estado, de projeção da ordem jurídica interna e de organização e utilização do território;

- *Espaços aquáticos*: Compostos por água doce que assumem relevância internacional quando relacionam Estados, criando um espaço aquático internacional pela liberdade de navegação e igualdade de tratamento de Estados terceiros;
 - Fluviais: Rios e afluentes limitados ao território terrestre estadual;
 - Lacustres: Lagos e lagoas englobados pelo território terrestre;
- *Espaço marítimo* (sob soberania territorial)
 - Águas interiores: Porção de mar entre a terra seca e o limite interior do mar territorial. O seu limite horizontal exterior natural é a linha de baixa-mar e o artificial são as linhas de base retas (acidentes ou fatores geográficos). Aplicável o regime de soberania territorial, admitida a passagem inofensiva quando a limitação for artificial;
 - Mar territorial: Porção de mar contíguo à sua costa marítima. O seu limite horizontal exterior fixa-se nas 12 milhas. O solo e subsolo subjacente e o espaço aéreo sobrejacente são juridicamente considerados parte do mar territorial. Aplicável o regime de soberania estadual (cabotagem, pesca, utilização do espaço aéreo, exploração do solo e subsolo, regulamentação da passagem de navios estrangeiros, instalação de cabos e oleodutos, jurisdição penal e civil sobre os navios), limitada pelo direito de passagem inofensiva (contínua e rápida, passagem à superfície, conforme aos valores estaduais de paz, boa ordem e segurança);
 - Estreitos internacionais: Espaço marítimo natural submetido a um regime específico especial, para a navegação internacional. Regime de soberania limitado pelo direito de passagem inofensiva e de passagem em trânsito (navegação marítima ou aérea pertinente e respeitadora da soberania do Estado litorâneo);
 - Canais internacionais: Vias de comunicação marítima de natureza artificial, com regime específico concebido para cada canal, de acordo com o esforço económico na respetiva construção;
 - Plataforma continental: Solo e subsolo subjacentes a diversos espaços marítimos, delimitado interiormente pelo limite exterior do

mar territorial e exteriormente pelas 200 milhas. O seu limite lateral é fixado equitativamente entre Estados com costas adjacentes. Delimitado verticalmente pelos espaços marítimos superiores e pelas entranhas inferiores do Globo. Aplicável o regime de soberania estadual costeira;

- Águas arquipelágicas: Novidade de regime aplicável apenas a Estados arquipélagos, constituído totalmente por território insular. A sua delimitação horizontal interior é o aparecimento das águas interiores e a exterior é o perímetro arquipelágico. A delimitação vertical superior é o espaço aéreo nacional (sob soberania arquipelágica) e inferior é o leito e subsolo. O regime aplicável é comparável ao regime de soberania estadual, à exceção dos direitos de passagem pelas rotas marítimas arquipelágicas, de passagem inofensiva, de propriedade e conservação de cabos submarinos previamente instalados e direitos históricos previamente existentes dos Estados vizinhos (por exemplo os direitos de pesca);
 - *Espaço aéreo nacional*: Massa de ar acima do território terrestre e espaço marítimo submetido à soberania estadual. É-lhe aplicável o Direito Interno de cada Estado complementado por outros títulos internos ou internacionais (CCACI), numa base de partilha dos vários espaços aéreos nacionais. Limitado verticalmente pelos espaços terrestres ou marítimos inferiores e pelo espaço exterior superior. Limitado horizontalmente pelos outros espaços aéreos adjacentes. A sua soberania individual é limitada pelo conjunto de liberdades do ar (sobrevoo e passagem inofensiva, escala técnica para reabastecimento ou recuperação, embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, tráfego entre Estados terceiros) – reguladas pela OACI;
- Domínio direto: Aplicação direta do Direito Internacional aos espaços neles compreendidos, sem mediação de entidades internas nem respetiva reivindicação de soberanias territoriais (igualdade dos sujeitos internacionais);
 - *Espaço marítimo* (fora da soberania territorial)

- Zona contígua: Espaço marítimo imediatamente adjacente ao mar territorial. A delimitação horizontal interior coincide com o limite exterior do mar territorial e a exterior estende-se até às 24 milhas. A delimitação vertical superior é o espaço aéreo internacional e a inferior é a plataforma continental. O regime aplicável é o de liberdade do alto mar, sendo que das 12 às 24 milhas o Estado costeiro pode fiscalizar o cumprimento da sua legislação nacional;
- ZEE: Porção de mar imediatamente adjacente ao mar territorial. O limite interior coincide com o limite exterior do mar territorial, o limite exterior estende-se até às 200 milhas. O limite vertical superior é o espaço aéreo internacional e o inferior é a plataforma continental. O regime do seu aproveitamento tem natureza mista: nacional do Estado costeiro (exploração piscatória limitada) e internacional (liberdade de navegação e colocação de cabos submarinos);
- Alto mar: Último espaço marítimo, delimitado horizontalmente por exclusão de partes de todos os outros espaços. A sua delimitação vertical superior é o espaço aéreo sobrejacente (internacional) e a inferior é o espaço terrestre do solo e subsolo subjacente (área). É o mais antigo dos regimes marítimos internacionais – regime de liberdade do alto mar – navegação, sobrevoo, instalação de cabos submarinos, construção de instalações artificiais, pesca e investigação científica. O seu aproveitamento tem de ser pacífico e de interesse geral dos Estados. Admite regimes especiais de intervenção policial dos Estados (transporte de escravos, pirataria, tráfico de estupefacientes, etc.);
- Área (fundos marinhos): Solo e subsolo subjacentes ao alto mar, prolongamento da plataforma continental, definida por exclusão de partes de todos os outros espaços terrestres (plataformas continentais). A delimitação vertical inferior é a das possibilidades da tecnologia. Aplicável o regime de liberdade do alto mar, regulamentado pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos – organização internacional que expressa a vontade da Humanidade

e a representa juridicamente. A área é património comum da Humanidade, inapropriável, inalienável, de acesso condicionado e aproveitamento limitado por uma cláusula de benefício geral;

- *Espaço dos polos terrestres*
 - Pólo Norte: Apenas composto por água – regime do alto mar e do espaço aéreo internacional;
 - Pólo Sul (Antártida): Espaço marítimo e espaço territorial continental. Tratado de Washington – espaço internacional livremente acessível (incluindo pesquisa científica e biológica) – limitado pela não militarização, proibição de instalação de fortificações e de lançamento de resíduos radioativos;
- *Espaço aéreo internacional*: Massa de ar acima dos espaços marítimos internacionais, em regime de liberdade de uso. Os limites horizontais são obtidos por exclusão de partes dos espaços aéreos nacionais. A delimitação vertical superior obtém-se através do espaço exterior. As disposições jurídicas são escassas, provenientes do Direito Internacional do Mar, aplicável por analogia;
- *Espaço exterior ou sideral*: Toda a realidade físico-espacial (vácuo, elementos e incógnitas) para além de todos os outros espaços, delimitado por exclusão de partes. TEUEE – regime geral de liberdade – navegação, circulação, investigação científica, instalação de satélites em órbita ou de construções espaciais (em corpos celestes), extração de recursos naturais, utilização como meio de telecomunicações. Limitações como a conformidade ao Direito, o pacifismo e a adequação aos interesses dos países. A sua natureza internacional decorre do princípio da inapropriabilidade do espaço e dos corpos celestes, não podendo ser reivindicadas quaisquer soberanias. A atividade científica é da responsabilidade civil dos Estados de matrícula dos aparelhos espaciais.

Delimitação de fronteiras:

Imunes à alteração de circunstâncias e à deflagração de situação de guerra;

- Delimitação natural (segundo acidentes naturais) ou artificial (segundo critérios humanos racionais);
- Delimitação vertical (de espaços supra ou infra localizados) ou horizontal (de espaços no seu prolongamento);
- Delimitação unilateral (ato interno), convencional (acordo das partes) ou jurisdicional (decisão judicial).

Aplicação extraterritorial do Direito Estadual:

Prolongamento da soberania estadual para além daqueles limites;

- Edifícios e funcionários diplomáticos e consulares: Regime de soberania do Estado a que pertençam, numa construção de extraterritorialidade e de ficção da soberania estadual fora do seu território;
- Navios e aeronaves: Submetidos ao regime de registo da nacionalidade de um Estado (matrícula), ficando diretamente dependentes da aplicação extraterritorial preferente dessa ordem jurídica.

Domínio espacial de Portugal:

É necessária uma profunda alteração legislativa e constitucional:

- Lacuna constitucional em relação ao espaço aéreo português;
- Estatuto das Ilhas Selvagens como ilhas e não como ilhas-rochedo;
- Consideração da ZEE como espaço soberano;
- Confusão da área (espaço internacional) com a plataforma continental (espaço nacional);
- Invenção da expressão «águas territoriais» que deve abranger as águas interiores, os estreitos internacionais e o mar territorial?
- Silêncio quanto aos espaços aquáticos lacustres e fluviais;
- Alusão ao conceito de território como terra seca, sendo que este abrange também outros espaços (marítimos).

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DO HOMEM

Indivíduo como sujeito internacional:

Defesa dos seus direitos e interesses elementares.

Proteção internacional dos direitos humanos:

Surge em seguimento da II Guerra Mundial como a defesa das posições jurídicas subjetivas de cada pessoa humana, contra o Estado e contra todas as outras manifestações de poder. Mecanismos de proteção diplomática (por vontade própria do Estado a que pertença por vínculo de nacionalidade, não podendo demandar diretamente o Estado agressor, esgotados os meios internos de proteção), proteção humanitária (direito à vida, à integridade pessoal e à liberdade individual no decorrer de conflitos militares), e proteção dos refugiados e asilados (princípios políticos e institucionais, acolhendo os Estados refugiados para os quais estes se deslocam em busca de paz e liberdade, numa fuga à opressão de valores democráticos). Movimento tornado realidade com a proclamação da DUDH (internacionalização e universalização da proteção dos direitos do homem – pessoais, sociais, políticos e económicos), tendo crescido continuamente segundo um sistema universal (ONU) e outros sistemas mais específicos. O Direito Internacional dos Direitos do Homem explora questões como as fontes normativas aplicáveis (convencionais), os direitos fundamentais substantivamente reconhecidos e os mecanismos adjetivos de proteção. Rege-se pelos princípios de resolução pacífica dos conflitos, aplicação mais favorável à pessoa, absolutidade, objetividade e aplicabilidade direta. A persuasão internacional para a proteção dos direitos humanos é levada a cabo por órgãos específicos no seio da ONU como o Conselho de Direitos Humanos, o Comité de Direitos Humanos, Comités especiais (criança, tortura, discriminação sexual) e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos (dependente do Secretário-Geral).

Convenção Europeia dos Direitos do Homem

A sua aprovação instalou o sistema europeu de proteção internacional dos direitos do Homem, orientado pelo respetivo texto original e posteriores protocolos adicionais e outros textos normativos internacionais. Predomina a proteção de direitos civis e políticos (em detrimento dos direitos económicos e sociais). A verificação de violações à Convenção cabe a título exclusivo e permanente ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, de competência vinculativa (sanções obrigatórias) e consultiva (pareceres interpretativos da Convenção). São suas características a subsidiariedade (só se torna competente esgotados os meios internos de proteção), a possibilidade de iniciativa e petição individual e a particularidade de queixa entre Estados.

Proteção Internacional Penal

O Tribunal Penal Internacional é uma instituição permanente que visa a aplicação do Direito Penal Internacional mais grave, em complemento das jurisdições penais nacionais. Criado pelo ERTIP, fazem dele parte apenas os Estados, implicando polemicamente um domínio de pertença absoluta da soberania estadual (*ius puniendi*). Uma das principais dificuldades que enfrenta é o facto de poder não vir a ser uma jurisdição universal. O TIP trata dos crimes mais graves que afetam a comunidade internacional – crimes de genocídio, crimes contra a Humanidade, crimes de guerra e o crime de agressão. Aplica sanções punitivas privativas de liberdade (pena de prisão até 30 anos ou pena de prisão perpétua) e penas acessórias (multa ou perda de bens provenientes do crime). O novo preceito constitucional introduzido pela quinta revisão à CRP afirma que Portugal pode aceitar a jurisdição complementar do TPI tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos.

A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL**Responsabilidade penal dos indivíduos**

Ideia de punir com pena de prisão a violação dos mais altos valores do Direito Internacional, categoria mais severa de responsabilidade por se destinar à proteção da pessoa humana enquanto sujeito passivo internacional. Responsabilidade individual por crimes internacionais voluntários;

Evolução:

- I. Afirmação costumeira geral: Criação consuetudinária de crimes internacionais (pirataria, terrorismo, tráfico) julgados pelas jurisdições nacionais;
- II. Afirmação circunstancial, substantiva e processual: Primeiros tribunais penais internacionais (paz, guerra, Humanidade)
- III. Afirmação substantiva geral: Tratados internacionais sobre crimes internacionais (genocídio, apartheid);
- IV. Afirmação processual efetiva e pontual: Tribunais penais internacionais *ad hoc* (Ruanda e ex-Jugoslávia);

- V. Afirmção global, substantiva e processual: Criação do Tribunal Internacional Penal pelo Estatuto de Roma (justiça permanente e independente).

Responsabilidade civil dos Estados

Dever de indemnizar danos (em espécie ou quantia monetária) decorrentes de violações do Direito Internacional aplicável. Recurso a sanções civis de cunho pecuniário caso a conduta não justifique a respetiva criminalização e aplicação de sanção penal. Os Estados são os grandes destinatários desta responsabilidade. A fonte jurídico-internacional da responsabilidade civil internacional é essencialmente o costume – a aceitação generalizada da necessidade de reparar prejuízos causados;

- *Responsabilidade por factos lícitos (responsabilidade objetiva):* Responsabilidade por prejuízos causados sem a violação de uma norma do Direito Internacional, numa lógica de distribuição dos encargos gerais;
 - Responsabilidade pelo risco (por atividade especialmente perigosa): Transporte marítimo de substâncias nucleares; Poluição marítima por hidrocarbonetos; Manuseamento de engenhos espaciais;
- *Responsabilidade por factos ilícitos:* Existência de conduta ilícita desconforme ao Direito Internacional aplicável;
 - Pressupostos: Ação estadual voluntária (afastamento dos casos fortuitos ou de força maior); Natureza antijurídica da conduta, ilicitude ou desconformidade ao Direito (exclusão da ilicitude por consentimento do lesado, por legítima defesa, por represália, por estado de necessidade, por exercício de um direito, por perigo externo, por cumprimento de uma ordem ou por ação direta); Produção de prejuízos patrimoniais (quantificáveis – danos emergentes ou lucros cessantes) ou não patrimoniais (morais); Nexó de causalidade (o dano é a consequência necessária do ato praticado);
 - Efeitos: Dever de indemnização ou reparação traduzida pecuniariamente;
 - *Efeitos laterais:* Obrigação de por fim ao facto danoso (se continuado) e concessão de garantias de não repetição do mesmo no futuro;
 - *Modalidades de reparação* (para eliminação do dano causado):

- Restituição: Reconstituição *in natura* ou da situação hipotética caso não tivesse ocorrido o facto danoso (apenas quando possível);
 - Compensação: Financeira dos danos emergentes, lucros cessantes e juros devidos (na impossibilidade da primeira hipótese);
 - Satisfação: De prejuízos morais através da prática de gestos simbólicos como o reconhecimento da violação ou um pedido formal de desculpas;
- Procedimento: Na ocorrência de dano gerador de responsabilidade, o Estado lesado deve notificar o Estado autor do prejuízo acerca da sua prática, indicando a conduta que deve cessar e a reparação a que considera ter direito, esgotados os meios internos.

A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS

Princípio da resolução pacífica de conflitos

Não é necessário o recurso à força para a imposição de soluções.

Mecanismos não jurisdicionais:

- Negociação: Esquema mais simples e direto através de conversações para se chegar a um entendimento;
- Bons ofícios: Intervenção de entidade exterior às partes que as aproxima para o seu entendimento direto;
- Mediação: Intervenção de entidade exterior de papel ativo na proposta de soluções e na negociação;
- Inquérito: Comissão de averiguação exterior dos factos praticados para eliminar qualquer desconhecimento;
- Conciliação: Esquema mais formal e complexo que a mediação (na sua origem) de comissão ímpar de elementos parciais e neutros que propõe uma solução para o conflito.

Mecanismos jurisdicionais:

- Arbitragem (essencialmente questões económicas): Tribunais arbitrais permanentes ou *ad hoc* (litígio específico); Indicação voluntária dos árbitros; Decisões obrigatórias e definitivas mas não executórias (falta de meios coercivos);
- Via judicial (essencialmente questões políticas e humanitárias): Estruturas permanentes e integradas no poder judicial internacional, independentes e imparciais relativamente às partes; Tribunais internacionais institucionais, penais, económicos e de direitos humanos - Tribunal Internacional de Justiça, Tribunal Penal Internacional, Tribunal Internacional sobre Direito do Mar, Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, entre outros.

O USO DA FORÇA NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**Evolução da condenação internacional da guerra:**

- Perspetiva filosófica
 - *Santo Agostinho*: Guerra justa em defesa da paz contra a agressão ou para o seu restabelecimento;
 - *São Tomás de Aquino*: Guerra conduzida pela autoridade soberana, por uma justa causa e boas intenções dos beligerantes;
 - *Hugo Grócio*: Limitação racionalista do uso da força como instrumento de política estadual (proteção dos direitos dos Estados e dos cidadãos);
 - *Kant*: Abolição da guerra e adoção de um estado de paz (Constituição Republicana comum, liberdade e igualdade dos Estados) – proibição da guerra punitiva e de extermínio, limitação dos meios da guerra defensiva ao não impedimento do exercício da cidadania;
- Perspetiva internacional
 - Antes do século XX: Aceitação do uso da força no plano das relações internacionais orientado pelo *ius ad bellum* (termos e condições da decretação do estado de guerra) e pelo *ius in bello* (normas reguladoras);
 - Depois do século XX: Condenação da guerra e proscrição do uso da força;
 - *Convenção Drago-Porter*: Proibição marginal do uso da força (na cobrança de dívidas contratuais);
 - *Pacto da SDN*: Moratória de guerra – retardamento do uso da força por três meses – intervenção de instância arbitral ou judicial

internacional e pronúncia do Conselho; 1ª limitação geral do recurso à guerra como medida de ultima ratio, como medida coercitiva decretada e como legítima defesa;

- *Pacto Briand-Kellog*: Renúncia substantiva geral ao uso da força, deixando de fazer parte da capacidade jurídico-internacional, pondo termo à capacidade discricionária da guerra;
- *Carta das Nações Unidas*: Proibição geral do uso da força – objetivos de paz e segurança internacionais e monopólio do seu uso a cargo do Conselho de Segurança. A única exceção atual é a possibilidade de autotutela material de legítima defesa por parte dos Estados, quando os pressupostos sejam pertinentes.

Sistema da Carta das Nações Unidas

O uso da força no plano internacional é poder exclusivo interno e externo do Conselho de Segurança da ONU, detém o monopólio da aplicação de sanções segundo o princípio da proporcionalidade;

- Procedimento:
 - *Iniciativa múltipla* (CS, AG, SG ou qualquer Estado);
 - *Apreciação*: Elementos necessários ao conhecimento da situação de conflito (direito de audição prévia dos Estados envolvidos);
 - *Deliberação*: Inexistência de situação de rutura; Obtenção de mais elementos; Chamada de atenção dos Estados para o respeito pela CNU (via diretiva); Aplicação de sanções (via coativa);
- Sanções: Evitar ou reprimir de situações de rutura da paz e segurança internacionais;
 - *Coativas não militares (não envolvem o uso da força armada)*: Interrupção das relações económicas, dos meios de comunicação e de transporte ou rompimento das relações diplomáticas;
 - *Coativas militares (uso da força armada)*: Demonstrações ou bloqueios – diretamente pelos Estados autorizados, pela ONU e colaboração de organizações regionais;
 - *Medidas temporárias*;

- **Operações de paz:** Utilização de meios militares para a efetivação da paz, sem recurso direto à força, como interpretação extensiva dos seus poderes e objetivos de manutenção da paz e segurança internacionais;
 - Fatores: Existência de uma ameaça; Existência de um cessar-fogo; Disponibilidade das entidades regionais; Objetivo político claro suscetível de mandato; Mandato preciso; Garantias de segurança para as forças;
 - Composição: Soldados da ONU – capacetes azuis – emprestados pelos Estados participantes;
 - Princípios orientadores: Consentimento das partes envolvidas; Imparcialidade dos agentes; Não utilização da força (exceto em legítima defesa);
 - Funções: Supervisão de um cessar-fogo; Desmobilização de forças armadas; Regresso à vida civil; Destruição de armamentos; Desminagem; Controlo de refugiados e deslocados; Auxílio humanitário; Supervisão das estruturas administrativas; Estabelecimento de novas forças armadas; Respeito pelos direitos humanos; Reformas constitucionais, legislativas e eleitorais; Reabilitação económica; Reconstrução nacional;
 - Tipos: Diplomacia preventiva; Estabelecimento da paz (acordo); Manutenção da paz; Consolidação da paz (fortalecimento do Estado); Imposição da paz (sem consentimento das partes);
- **Exceção da legítima defesa internacional:** Mecanismo de justiça privada ao nível dos conflitos internacionais, até que o Conselho de Segurança tome as medidas necessárias (efeito provisório). Quando iniciada, deve ser imediatamente comunicada ao CS, e não deverá atingir a sua autoridade e responsabilidade;
 - Pressupostos: Existência de um ataque armado ilícito contra o regime político e a integridade territorial de um Estado – atual ou iminente (prestes a acontecer);
 - Invasão, ataque armado, ocupação ou anexação; Bombardeamento; Bloqueio marítimo, etc.;
 - Efeitos: Uso da força para repelir o ataque armado;
 - Subjetivos: Próprio Estado; Estados terceiros (alheia); Organizações internacionais militares (coletiva);

- *Objetivos:* Legítima defesa internamente limitada pelo princípio da proporcionalidade;
- **Direito Internacional Humanitário:** Estabelece o regime de tratamento de feridos e doentes militares, prisioneiros de guerra e populações civis em tempo de conflito armado. Nasceu intimamente associado à Cruz Vermelha Internacional. Distingue a situação de guerra (declaração e fim, exercício, efeitos) do estatuto de neutralidade (direito de inviolabilidade e dever de abstenção);
 - Princípios: Neutralidade; Não discriminação; Responsabilidade (pelas pessoas protegidas);
 - Objetivos:
 - Limitação do uso da força: Proibição de armas bacteriológicas, químicas, gases asfixiantes ou tóxicos; Proteção de bens culturais;
 - Humanização dos prejuízos da guerra;
 - Ingerência humanitária: Direito (quando permitida) ou dever (em nome da proteção dos direitos humanos)?



Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Direito Internacional Público - Exame de Semestre

14 de janeiro de 2015 – 9.00 – 12.00

I

Estabeleça duas – e apenas duas – das seguintes contraposições:

- a) Direito Internacional Humanitário e Direito Penal Internacional;
- b) Privilégios e imunidades diplomáticas;
- c) Estados e Organizações Internacionais enquanto sujeitos de direito internacional.

II

A. A Andínia e a Bolónia são dois Estados asiáticos com costas adjacentes que distam uma da outra aproximadamente 200 milhas. Depois de várias décadas de impasse nas negociações de uma fronteira marítima, a 15 de fevereiro de 2014, os respetivos chefes de Estado adotaram o texto de uma convenção internacional, que tomou a forma de acordo em forma simplificada, pela qual se definiu, durante um período de cinquenta anos, uma zona de exploração conjunta dos recursos existentes na plataforma continental situada entre as 50 e as 100 milhas da costa de cada Estado. No dia seguinte, os dois Estados celebraram um contrato de concessão da exploração petrolífera da mesma zona com a CC, uma empresa petrolífera sediada na Bolónia.

No início de dezembro de 2014, a imprensa andina relatava que, durante o processo negocial da convenção, a CC terá transmitido às autoridades da Bolónia informação que comprovava a existência de petróleo numa área localizada entre 60 e 80 milhas da costa andina, que viria a ser integrada na zona de exploração conjunta definida no acordo.

A 15 de dezembro de 2014, a Andínia comunicou à Bolónia a invalidade da convenção celebrada entre os dois Estados, invocando para o efeito; a) má fé da Bolónia durante o processo negocial; b) ter ocorrido uma violação manifesta da Constituição andina durante o processo de conclusão do acordo.

Partindo do pressuposto de que a Constituição da Andínia é idêntica à Constituição portuguesa, aprecie, à luz da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados entre Estados, os fundamentos de invalidade invocados.

B. A 1 de janeiro de 2015, forças militares andinas ocuparam as plataformas petrolíferas da CC instaladas a cerca de 70 milhas da costa andina. De acordo com uma nota diplomática emitida pela autoridades andinas nesse mesmo dia, o contrato de concessão deixou de produzir efeitos, pelo que a presença da CC constituía uma violação da integridade territorial da Andínia.

A 13 de janeiro de 2015, depois de ter recebido um pedido de proteção diplomática da CC, o Governo da Bolónia resolveu:

- a) intentar junto do Tribunal Internacional de Justiça uma ação para ressarcimento dos prejuízos causados pela ação da Andínia;
- b) proibir a pesca por embarcações andinas numa zona situada até às 100 milhas da sua costa enquanto as plataformas petrolíferas não fossem devolvidas à CC.

Aprecie, à luz do direito internacional aplicável: i) a ocupação das plataformas petrolífera pela Andínia; ii) a viabilidade da ação no Tribunal Internacional de Justiça; iii) a proibição de pesca decretada pela Bolónia.

III

Comente o seguinte texto:

“1. Nós, Chefes de Estado e de Governo, reunidos na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque, de 14 a 16 de setembro de 2015,

(...)

79. Reafirmamos que as disposições da Carta são suficientes para responder a todo o tipo de ameaças internacionais à paz e à segurança. Mais reafirmamos a autoridade do Conselho de Segurança para mandar ações coercivas para manter e restaurar a paz e segurança internacionais. Salientamos a importância de atuar de acordo com os propósitos e princípios da Carta”.

Cotação: I Grupo – 4 val. (2 x 2); II Grupo – 10 val.; III Grupo – 6 val..

**Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Direito**

Direito Internacional Público

Exame de Recurso

Prof. Doutor Francisco Pereira Coutinho

20 de Junho de 2011 – 17.00 – 20.00

I

Estabeleça duas – e apenas duas – das seguintes contraposições:

- a) Governos no exílio e movimentos de libertação nacional;
- b) Protesto e notificação como actos jurídicos unilaterais dos Estados;
- c) Estreitos e canais internacionais;
- d) Mediação e bons ofícios;

II

Resolva o seguinte caso prático, respondendo às perguntas formuladas:

Em 2 de Março de 2011, os Ministros da Cultura de Portugal e Marrocos celebraram um acordo internacional em que se comprometiam a partilhar os proveitos resultantes da venda de objectos arqueológicos e históricos descobertos nas respectivas plataformas continentais. O Acordo foi, nos termos da Constituição da República, aprovado pela Assembleia da República e promulgado pelo Presidente da República, tendo sido publicado em *Diário da República* no dia 30 de Março de 2011.

A 11 de Abril de 2011, Ciprian, cidadão romeno membro do clube de mergulho da FDUNL, descobriu, a 220 milhas a sul da costa algarvia e a 210 Milhas da costa de Marrocos, um tesouro de valor incalculável. Receando que algum Estado pudesse tributar o tesouro, Ciprian, entendendo ser o seu legítimo proprietário por o ter descoberto numa zona internacional, vendeu imediatamente o seu conteúdo a um cargueiro que passava na zona.

A 20 milhas do porto português de Tavira, Ciprian foi preso por um navio de guerra português e levado imediatamente a julgamento, tendo sido condenado à pena de morte por um tribunal de última instância, sob a acusação de violação do património cultural da nação portuguesa.

Inconformado com essa decisão, recorreu para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que lhe deu razão, mando-o libertar do Estabelecimento Penitenciário de Faro, onde estava recluso.

Na ausência de qualquer resposta do Estado português à decisão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), forças militares especiais romenas libertaram Ciprian da prisão em que se encontravam detido.

- 1) O procedimento de conclusão da convenção internacional foi regular?

- 2) Ciprian podia considerar-se legítimo proprietário do tesouro?
- 3) À luz do direito internacional, Portugal tinha legitimidade para prender e condenar Ciprian à pena de morte?
- 4) Ciprian tinha fundamento e legitimidade para recorrer para o TEDH?
- 5) O TEDH podia ordenar a libertação de Ciprian?
- 6) O Estado romeno podia libertar Ciprian pela força com fundamento na necessidade de executar uma decisão do TEDH?

III

Comente o seguinte texto:

“Os ditadores africanos, do passado e do presente, alguns dos quais têm alegremente troçado do (Tribunal Penal Internacional), podem agora estar mais apreensivos. A recusa dos seus países em se vincular ao (Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional), criado em 2002, não os coloca fora do seu alcance. O Estatuto do Tribunal permite-lhe julgar pessoas por suspeitas do crime de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra cometidos em qualquer Estado-Membro quando esse Estado é “incapaz ou não o pretende” fazer”.

Artigo da Revista "The Economist", de 9 de Maio de 2011

Cotação: I Grupo – 5 valores (2,5 x 2); II Grupo – 9 valores; III Grupo – 6 valores.

Nota: só é permitida a consulta de legislação, desde que não seja anotada.

Queremos agradecer a todos os alunos
que tornaram possível a realização da
Linha de Sebentas AEFDUNL.

Informamos que não nos
responsabilizamos por possíveis erros
que as sebentas possam conter.

Qualquer sugestão que tenhas ou erro
que detetes por favor contacta a AE
através do dep.pedagogico@ae.fd.unl.pt.